

No espelho das cidades, os desafios do desenvolvimento

A produtividade de uma economia depende não apenas da qualificação de sua força de trabalho ou da sofisticação de suas empresas, mas também da capacidade de seus sistemas urbanos funcionarem adequadamente

[Bruno Sindona](#)

Presidente do Instituto das Cidades

Costuma-se dizer que as cidades são o espelho de um país. A afirmação é verdadeira, mas talvez incompleta. As cidades não apenas refletem os desafios nacionais: elas são o lugar onde esses desafios se encontram, interagem e produzem seus efeitos mais concretos.

É nelas que se manifestam os gargalos da infraestrutura, as limitações da produtividade, os efeitos das mudanças climáticas, as dificuldades de mobilidade, os déficits habitacionais, as deficiências do saneamento e, cada vez mais, os desafios associados à transformação digital.

Ainda assim, continuamos tratando boa parte dessas questões como agendas independentes, desconectadas entre si e frequentemente afastadas do debate sobre desenvolvimento econômico.

Essa fragmentação talvez ajude a explicar uma das principais contradições do debate público brasileiro. Quando discutimos competitividade, normalmente pensamos em política industrial, ambiente de negócios ou comércio exterior. Quando discutimos inovação, pensamos em tecnologia. Quando discutimos sustentabilidade, pensamos em meio ambiente. Quando discutimos crescimento econômico, recorremos aos indicadores macroeconômicos.

Em todos esses casos, porém, raramente voltamos o olhar para os territórios onde esses fenômenos efetivamente acontecem. Como se produtividade, competitividade ou inovação existissem em abstrato, independentemente da qualidade das cidades em que pessoas vivem, trabalham, empreendem e investem.

A realidade sugere exatamente o contrário. A produtividade de uma economia depende não apenas da qualificação de sua força de trabalho ou da sofisticação de suas empresas, mas também da capacidade de seus sistemas urbanos funcionarem adequadamente. Trabalhadores que passam horas em deslocamentos diários perdem tempo, renda e qualidade de vida. Empresas instaladas em regiões com infraestrutura deficiente enfrentam custos mais elevados e menor competitividade. Territórios incapazes de oferecer serviços básicos adequados tornam-se menos atrativos para investimentos e para a retenção de talentos.

Em outras palavras, aquilo que frequentemente classificamos como problema urbano produz consequências diretas sobre o desempenho econômico do país.

O saneamento básico talvez seja um dos exemplos mais emblemáticos dessa interdependência. Durante décadas, o tema foi tratado principalmente como uma política

de saúde pública, o que é compreensível diante de seus impactos sobre doenças, mortalidade e qualidade de vida.

Entretanto, seus efeitos ultrapassam em muito essa dimensão. A universalização do saneamento reduz custos hospitalares, melhora indicadores educacionais, aumenta a produtividade do trabalho, valoriza ativos imobiliários e amplia a capacidade de atração de investimentos. Quando uma cidade expande sua infraestrutura sanitária, ela não está apenas promovendo dignidade; está fortalecendo as condições para o desenvolvimento econômico de longo prazo.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à habitação. O déficit habitacional não representa apenas a ausência de moradias adequadas. Ele influencia padrões de ocupação do solo, pressiona sistemas de transporte, amplia desigualdades territoriais e dificulta o acesso da população a oportunidades de emprego, educação e serviços públicos.

Da mesma forma, mobilidade urbana não pode ser compreendida apenas como uma questão de deslocamento. Trata-se de um elemento central para a integração econômica dos territórios, para a eficiência dos mercados de trabalho e para a própria dinâmica de crescimento das cidades.

A gestão de resíduos oferece outra perspectiva interessante sobre essa mudança de visão. Durante muito tempo, resíduos sólidos foram tratados quase exclusivamente como um passivo ambiental. Hoje, a expansão da economia circular demonstra que eles também podem ser compreendidos como ativos econômicos. O que antes era percebido como custo passa gradualmente a ser entendido como oportunidade.

Essa lógica torna-se ainda mais evidente quando observamos a emergência da infraestrutura digital. Datacenters, conectividade, processamento de dados, inteligência artificial e capacidade computacional costumam aparecer em debates relacionados à tecnologia, mas sua relevância já extrapola esse campo.

Cada vez mais, eles influenciam decisões de investimento, estratégias empresariais e a competitividade dos territórios. Se o século XX foi marcado pela expansão de rodovias, redes de energia e sistemas de saneamento, o século XXI provavelmente será caracterizado pela combinação entre infraestrutura física e infraestrutura digital como elementos indissociáveis do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a crescente complexidade desses desafios evidencia as limitações de abordagens excessivamente fragmentadas. Questões relacionadas à mobilidade, logística, drenagem urbana, saneamento ou destinação de resíduos frequentemente ultrapassam fronteiras municipais, exigindo coordenação regional e mecanismos mais sofisticados de governança.

Não por acaso, instrumentos como consórcios públicos e modelos de cooperação interfederativa vêm ganhando importância crescente. Em um país altamente urbanizado, a capacidade de coordenar políticas entre diferentes entes federativos deixa de ser uma questão meramente administrativa e passa a representar um fator estratégico para a execução de projetos estruturantes.

Há ainda uma dimensão internacional que merece atenção. Em um contexto de crescente competição global por investimentos, tecnologia, capital humano e

infraestrutura estratégica, a qualidade dos territórios tornou-se um ativo econômico relevante.

Cidades competem por centros logísticos, polos industriais, hubs tecnológicos e empreendimentos capazes de gerar emprego e renda. A atratividade de um país depende, em grande medida, da atratividade de suas cidades. E cidades competitivas não são construídas apenas com incentivos econômicos; dependem de planejamento, infraestrutura, sustentabilidade, governança e capacidade de adaptação.

Talvez por isso o principal desafio brasileiro não seja a ausência de diagnósticos. O país conhece boa parte de seus gargalos e dispõe de soluções técnicas para enfrentá-los.

A dificuldade parece residir em outra questão: continuamos analisando problemas que são interdependentes como se fossem agendas isoladas. Habitação, saneamento, mobilidade, resíduos, infraestrutura digital, adaptação climática e desenvolvimento econômico não compõem capítulos separados de uma mesma história. São partes de um único processo de transformação territorial.

Se as cidades são o espelho do país, talvez seja hora de reconhecer que elas também são o mapa. É nelas que convergem os desafios relacionados à produtividade, competitividade, sustentabilidade, inovação e qualidade de vida.

E será nelas, igualmente, que o Brasil encontrará as condições para superar seus gargalos históricos e construir uma estratégia consistente de desenvolvimento para as próximas décadas.

cnn